

# O espaço público como um espaço de estar: intervenções temporárias e a resignificação da escala humana no centro histórico de Ouro Preto – MG

*Public space as a living place: temporary interventions and redefinition of human scale in the historic center of Ouro Preto – MG*

usjt

arq.urb

número 37 | maio - ago de 2023

Recebido: 30/11/2022

Aceito: 18/07/2023

DOI: [10.37916/arq.urb.vi37.623](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi37.623)



Thamara Ramalho Calonga\*, Karine de Almeida Paula\*\*, Deborah Nascimento Gomes\*\*\*

\*Centro Universitário de Viçosa, Brasil, [thamara.calonga@gmail.com](mailto:thamara.calonga@gmail.com)

\*\*Centro Universitário de Viçosa, Brasil, [karinealmeida.ufv@gmail.com](mailto:karinealmeida.ufv@gmail.com)

\*\*\*Centro Universitário de Viçosa, Brasil, [dehngomes@gmail.com](mailto:dehngomes@gmail.com)

## Palavras-chave:

Mobiliário Urbano,  
Apropriação Urbana,  
Pedestres.

## Keywords:

Urban furnitures,  
Urban Appropriation,  
Pedestrians.

## Resumo

Este trabalho aborda o impacto e a criação de intervenções temporárias no Centro Histórico de Ouro Preto em Minas Gerais, de forma a analisar de que maneira os espaços públicos deste local poderiam ser mais atrativos e ter uma relação mais profícua com os usuários. Acredita-se que essas intervenções permitem aproximar as pessoas à cidade, vivenciando-a, sobretudo os moradores locais. Logo, o objetivo desta pesquisa é entender essa relação e propor o uso de mobiliários táticos para repensar as potencialidades do espaço que circunda os marcos históricos e turísticos. Metodologicamente, foi pensado o recorte onde as intervenções aconteceriam (o Largo do Cinema, a Praça Tiradentes, Largo do Coimbra) e então realizados levantamentos morfológicos do entorno. Desta análise foi elaborada uma proposta de “assentos” modulares. Como resultado, os módulos criados se apresentariam coloridos e de fácil manuseio, possibilitando a criação de layouts diversos. Foi entendida a necessidade de refuncionalização da paisagem de modo acessível, criativo e de baixo custo, considerando uma atual utilização desconfortável e pouco democrática, onde os moradores locais são negligenciados e os espaços dão lugar a estacionamentos de veículos.

## Abstract

This work addresses the impact and creation of temporary interventions in the Historic Center of Ouro Preto in Minas Gerais, in order to analyze how public spaces of this place could be more attractive and useful to users. It is believed that these interventions make people closer to the city, experiencing it, especially local residents. Therefore, the objective of this research is to understand this relation and propose the use of tactical furniture to rethink the potential of the space that surrounds historical and tourist landmarks. Methodologically, the cutout where the interventions would take place (Largo do Cinema, Praça Tiradentes, Largo do Coimbra) was designed and then morphological surveys of the surroundings were carried out. From this analysis, a proposal for modular “seats” was elaborated. As a result, the modules created are colorful and easy to handle, enabling the creation of different layouts. The need to re-functionalize the landscape in an accessible, creative and low-cost way was understood, considering its current uncomfortable and undemocratic use, where local residents are neglected and spaces give way to vehicle parking.

## **Introdução**

Ao se estudar o espaço urbano é possível notar formas distintas de construção, resultado de diferentes usos da terra que, por consequência, definem áreas distintas dentro das cidades, sejam espaços voltados para o comércio, para serviços, indústrias, áreas residenciais, de lazer. Todas elas, juntas, se inter-relacionam, refletindo a história e a realidade da sociedade que ali vive, e conformam a organização espacial daquela cidade: o espaço urbano (CORRÊA, 1989). Dentro deste universo, tem-se a parcela pública, aquela vital ao coletivo (MONTANER, 2021).

Este espaço público, ao longo dos anos e, em parte, como resposta às teorias modernistas, teve baixa prioridade, conseqüentemente as áreas de pedestres e o lugar comum como local de encontro foram cada vez mais maltratados, refletindo em espaços limitados, ruidosos, poluídos e perigosos, reduzindo, em muitos casos, o usufruto das pessoas, principalmente os pedestres, assim como ameaçou ou descartou as funções sociais e culturais do espaço da cidade (GEHL, 2015). Neste sentido, Gehl (2015), Lerner (2011), Montaner (2021) e Rolnik (1995) concordam sobre a importância do cuidado com o espaço público, de forma a reavivar as cidades, torná-las seguras, sustentáveis e saudáveis, reforçando a premissa de que o lugar público contribui para uma sociedade democrática e aberta.

Os espaços públicos, também concebidos por Sá Carneiro e Mesquita (2000) como “espaços livres públicos”, podem ser classificados e pensados a partir das suas formas de uso e ocupação. Assim, são divididos em espaços livres de equilíbrio ambiental (unidades de conservação e valorização ambiental), espaços livres de recreação (praças, parques, largos, jardins) e espaços livres de circulação (ruas, passeios).

De forma contextual, e entendendo a necessidade de ressignificação dos espaços como incentivador à ocupação dos locais públicos, tem-se as chamadas intervenções urbanas temporárias. Tais intervenções são reconhecidas como uma forma de aumentar e melhorar a qualidade de vida de uma cidade sem a dependência de grandes projetos e dispêndio de muito dinheiro e tempo, oferecendo soluções locais, de baixo custo para a administração pública, possibilitando retornos significativos para a população (LYDON; GARCIA, 2015).

De acordo com Fontes e Galarce (2020, p. 24), o temporário se apresenta como “[...] aquilo de pouca duração ou impermanente, surgindo como uma resposta à descontinuidade espaço-temporal”. Dessa maneira, a intervenção – entendida como uma ação intencional sobre um determinado espaço – ao associar-se à temporalidade se constitui em “[...] pequenas ações efêmeras e contestatórias realizadas no espaço urbano que rompem com a escrita contínua e homogênea do cotidiano.” (FONTES; FABIÃO, 2016, p. 29).

Diante do exposto e conhecendo o cenário político e financeiro, tanto nacional quanto municipal, e também entendendo a burocracia que envolve projetos e mudanças relacionadas ao poder público, vê-se uma lacuna no que diz respeito a como os pedestres experienciam os espaços públicos, muitas vezes locais não convidativos, pouco seguros, escassos em mobiliário urbano, que não promovem o lazer, a socialização e a politização daqueles que ali vivem e/ou passam pelo local.

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso dos espaços públicos no centro histórico de Ouro Preto na escala do pedestre a partir de uma proposição projetual pautada na intervenção urbana temporária. Tem-se como intuito também discutir questões envolvendo a criação de laços identitários com o espaço e torná-lo ressignificado a partir do uso e da ocupação.

A cidade de Ouro Preto está localizada no estado de Minas Gerais, e se caracteriza pela expoente arquitetura colonial materializada no espaço delimitado do chamado centro histórico. A origem da cidade se deu em decorrência do processo de agregação de diversos arraiais de garimpos de ouro, estabelecidos no final do século XVII e início do XVIII. Em 1938, o sítio histórico, composto por uma arquitetura colonial e traçados que revelam uma malha urbana da época, foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e posteriormente, em 1980, foi declarado pela Unesco como patrimônio mundial. Ali, tem-se um acervo arquitetônico-cultural representado por meio de antigos casarões, igrejas, museus, que traduzem o saber arquitetônico de uma época e guardam resquícios da atividade dos artistas barrocos (IPHAN, 2020).

É sabido que toda e qualquer alteração que vise uma transformação da paisagem de centros históricos deve ter um respaldo do Instituto Histórico Artístico Nacional (IPHAN) assim como dos órgãos municipais competentes. No entanto, a proposta colocada pelo trabalho visa uma sugestão de intervenção temporária que funcione

como um piloto para se pensar na importância dos espaços públicos na cidade como meios de socialização, entretenimento e identidade.

A ideia surgiu a partir de uma proposta colocada aos estudantes na disciplina de Planejamento Urbano, do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Viçosa. Nesta proposta os estudantes foram convidados a pensar numa intervenção para a cidade de Ouro Preto, cabendo aos mesmos a escolha do recorte espacial na malha urbana. Dessa maneira, a escolha pelo centro histórico se deu em função da proposição de um maior entrelace entre os pedestres e os espaços públicos, em uma área que, por vezes, se apresenta com espaços e atratividades voltadas aos turistas, não mantendo um elo de conexão com a população.

Outro ponto importante refere-se à forma de uso e ocupação dos espaços escolhidos para intervenção ao ser notada uma prevalência da mobilidade motorizada e espaços para estacionamentos em detrimento de espaços de sociabilidade, descanso e recreação. Dessa maneira, a proposta se define como uma ação requalificadora de alguns pontos subutilizados na escala do pedestre, promovendo, mesmo de que forma temporária, a apropriação e a ressignificação destes espaços pelas pessoas, sejam elas turistas ou moradores locais.

Vale destacar também a importância na divulgação de propostas desenvolvidas no âmbito da academia, como forma de instigar o debate acerca das possibilidades na construção do profissional arquiteto urbanista. Disciplinas que abordam as singularidades do espaço urbano e colocam o estudante como um elo ativo na (re)construção de paisagens instigam o processo reflexivo do seu papel como agente transformador.

Dessa maneira o artigo está balizado na seguinte questão: de que maneira os espaços públicos do centro histórico de Ouro Preto poderiam ser mais atrativos, estabelecendo uma relação mais profícua com os usuários?

## **Os espaços públicos na contemporaneidade: a ativação das ruas por meio de intervenções urbanas temporárias**

O espaço, nas palavras de Santos (2008, p. 15), “[...] deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”. Interessante notar como o autor associa o conceito de espaço à sociedade, como um elemento de vivacidade. Já o conceito de espaço público se apresenta como uma área de interesse para vários campos, desde a arquitetura e urbanismo, geografia até a sociologia e outros mais. Colocando-se como um importante elemento da paisagem urbana, o espaço público representa uma peça fundamental para o desenvolvimento das práticas da vida cotidiana (GEHL, 2015; JACOBS, 1961).

No contexto dos espaços públicos, são discutidas as questões envolvendo a forma de uso e ocupação destes e alega-se que a sociedade caminha para a “consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente” (SERPA, 2018, p. 35). Na opinião do autor, as relações de vizinhança vistas na cidade contemporânea ainda se apresentam condicionadas pelas diferenças entre classes sociais.

Ademais, sobretudo no contexto brasileiro, outros dois fatores vêm somar-se à dificuldade de apropriação dos espaços públicos pela população, sendo eles: espaços destinados ao automóvel e a segurança urbana, sendo talvez, este último fator, o de maior peso em muitas realidades<sup>1</sup>.

A conjuntura analisada esbarra em questões projetuais de arquitetura e urbanismo, pois como bem pontua Vale (2020), a busca constante, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, por elementos de proteção da violência urbana reverberou em mudanças significativas na forma de concepção das cidades. A construção de muros altos, a instalação de cercas elétricas e câmeras de segurança constituem mudanças estruturais, que, em muitos dos casos, levaram a um aumento da sensação de insegurança nas ruas.

A arquitetura de fortalezas (VALE, 2020), cercadas por muros – impedindo a visualização da edificação – se contrapõe às teorias propostas por Jacobs (1961), ao

---

<sup>1</sup>O programa "No Domingo, a Rua é Nossa", tem como objetivo disponibilizar espaços para a comunidade praticar atividades físicas e de lazer de forma espontânea. O programa conta com o apoio

da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) e inclui realizações pontuais de lazer, assim como o apoio às iniciativas das comunidades e interessados em realizar atividades nas cinco vias cadastradas do programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2018).

considerar os “olhos das ruas” como importantes elementos na segurança dos espaços públicos, sobretudo calçadas e ruas – em decorrência da possibilidade de vigilância natural que ensejam. Os olhos das ruas podem ser viabilizados ao se propor um espaço que mescle funções de passagem e permanência e a mistura de usos. Tal cenário pode ser obtido por meio das fachadas ativas, símbolos da arquitetura no início do século XX, mas que aos poucos foram perdendo espaço na paisagem urbana.

Jacobs (1961) entende que as ruas podem ter finalidades muito maiores que somente circulação, ou seja, comportar veículos e pedestres, e afirma que “as ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais” (JACOBS, 2000, p. 30). Logo, para ela, deve haver interesse público na ocupação destes espaços e que estes precisam ser ressignificados como espaços de convívio, socialização, de estar.

Realmente, os pontos colocados por Jacobs permeiam a realidade atualmente, sendo um ponto chave de questões urbanísticas e sociais que, historicamente, foram crescendo e se consolidando com base em ideais neoliberais (BRENNER, 2016). Porém, com a instabilidade política e o endividamento público, as políticas de interesse social voltadas para a produção do espaço público foram enfraquecidas, refletindo em densificação e precariedade de ocupações consolidadas, abandono de áreas periféricas pobres, degradação ambiental e aumento da violência. Em outras palavras, ausência de gestão pública, o que por sua vez incentivou um crescente movimento de privatização seletiva e de exclusividade que despotencializa os espaços públicos e os ambientes urbanos mais inclusivos (SOUZA, 2018), o que Fontes e Barata (2016) chamam de “perda da comunalidade urbana”.

Aqui, entende-se a necessidade de reverter esse processo de esvaziamento dos espaços públicos, e tem-se a esperança, como Lerner (2011), de buscar soluções que tenham intenções pontuais, simples que revitalizem uma determinada área. A chamada “acupuntura urbana” age em pontos específicos que possam ajudar a melhorar as cidades, criando reações positivas em cadeia, fazendo intervenções nas quais o organismo comece a trabalhar de outra maneira.

Fontes e Barata (2016) corroboram com o pensamento de Lerner e defendem que os espaços públicos são, muitas vezes, subutilizados e, conseqüentemente, tem-se os vazios urbanos que são espaços de obsolescência funcional, abandonados, que

não cumprem sua função pública de serem lugares de comunidade. Justamente por isso, as autoras consideram a ressignificação do espaço público, por meio de intervenções temporárias, uma medida a ser tomada na reativação destes locais esquecidos.

Neste sentido, entendendo essa necessidade de ressignificação dos espaços, como incentivador à ocupação dos locais públicos, tem-se a possibilidade do chamado “urbanismo tático”. Este, também chamado de urbanismo DIY ou urbanismo *pop-up*, é reconhecido como uma forma de aumentar e melhorar a qualidade de vida de uma cidade sem a dependência de grandes projetos e dispêndio de muito dinheiro e tempo, ou seja, são feitas intervenções temporárias que oferecem soluções locais, de baixo risco para a comunidade e para administração pública, possibilitando retornos significativos para a população (LYDON E GARCIA, 2015).

Tal ressignificação articula as características físicas, temporais e sociais daquele ambiente, uma conexão do espaço com as pessoas, desenvolvendo nele uma qualidade urbana inicialmente inexistente. Assim, como disse Gehl (2015, p.28), o

espaço público democraticamente gerido garante acesso e oportunidades de expressão de todos os grupos da sociedade e liberdade para atividades alternativas” e completa alegando que novas formas de se repensar e reutilizar estes espaços comuns previne criminalidade, gera confiança e consideração pelo local.

A sociedade está acostumada a conviver com veículos, trânsito, poluição, ruído, pouco espaço para viver, brincar e crescer e permanece com medo da mudança e a negação dos grandes problemas associados ao atual modelo de mobilidade (FONTES, 2019). A concessão de novos usos às ruas e calçadas, mesmo que de forma temporária, significa dar chance às pessoas de se apropriarem de áreas públicas, promovendo sua ativação e convívio social (BARATA; FONTES, 2016).

Em momentos nos quais o espaço público é marcado por características de transitoriedade e traços de hostilidade, individualismo e relações superficiais, as intervenções temporárias se colocariam como possíveis elementos catalisadores das relações, sejam elas de proximidade ou intimidade dos indivíduos para com o espaço (FONTES; FABIÃO, 2016).

Ao submeter os espaços públicos a intervenções temporárias, qualidades urbanas podem ser reveladas, fazendo com que tais espaços revelem atributos de

amabilidade<sup>2</sup>, se referenciando a “[...] conexões e interações entre as pessoas e espaço, opondo-se ao individualismo que por muitas vezes caracteriza as formas de convívio coletivo contemporâneas.” (FONTES, 2011, p. 24).

Mais especificamente, bibliografias sobre o tema apresentam casos em que os espaços das ruas, mesmo que de maneira temporária, foram tratados e utilizados de novas formas e assim conseguiram reequilibrar a relação pedestres/carros, possibilitando que os usuários se apropriassem daquelas áreas públicas fora do horário de pico, promovendo sua ativação e convívio social. É o caso de ruas abertas temporárias, como a Avenida Paulista aos domingos (BARATA; FONTES, 2016), ou o programa “No domingo a Rua é Nossa”<sup>3</sup>, em Belo Horizonte.

### Procedimentos metodológicos

O primeiro passo para a execução da proposta foi a escolha dos recortes para a intervenção. Neste caso, foi escolhido o centro histórico (escala do bairro) e selecionados pontos estratégicos que poderiam receber a intervenção. Por ser uma intervenção temporária, pensou-se em algo itinerante, que pudesse ser montado e desmontado com facilidade para poder estar em outros ambientes. Para tanto, foram escolhidos 03 pontos do centro histórico, sendo eles: o Largo do Cinema, a Praça Tiradentes e o Largo do Coimbra, conforme ilustra a Figura 1.

Após a escolha, foram realizados levantamentos morfológicos do entorno, sendo eles: perfil dos moradores que residem nos locais, uso e ocupação do solo, traçado urbanístico, gabaritos, levantamento do mobiliário existente, mapeamento da vegetação existente, análise das fachadas e sua relação com a rua. Para o levantamento e elaboração de um inventário mais completo da área de intervenção, recorreu-se a visitas a campo e as possibilidades colocadas pelo *Google Earth* por meio de imagens de satélites para reconhecimento da área.

Finalizadas as análises e a confecção das imagens gráficas para subsidiar as discussões, deu-se início a elaboração da proposta. Primeiramente, foi definido um conceito que retratasse a simbologia da proposta, para em seguida definir o partido, ou seja, a forma na qual o conceito se traduziria. Alguns croquis foram elaborados

de modo a auxiliar na dimensão da proposta e sua implantação nos locais, chegando-se à definição de partidos modulares. Os módulos se apresentariam coloridos e de fácil manuseio, podendo ser realocados no espaço pelo próprio usuário, possibilitando a criação de layouts diversos.



Figura 1. Localização na malha urbana do centro histórico dos pontos escolhidos para intervenção. Fonte: Google Earth, modificado pelas autoras (2022).

Para exemplificar a proposta foram coletadas fotos *online*, em sites de órgãos públicos e em bancos de imagens. Foram utilizados também programas de design gráfico, tais como *Canva*, *VideoScribe* e *Photoshop* para a criação/elaboração das representações gráficas/ilustrativas das implantações.

<sup>2</sup>O programa "No Domingo, a Rua é Nossa", tem como objetivo disponibilizar espaços para a comunidade praticar atividades físicas e de lazer de forma espontânea. O programa conta com o apoio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) e inclui realizações pontuais de lazer, assim

como o apoio às iniciativas das comunidades e interessados em realizar atividades nas cinco vias cadastradas do programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2018).

## Contextualização histórica e espacial dos locais de intervenção: morfologia, desenho urbano e características.

A cidade de Ouro Preto teve o seu processo de formação no século XVI, advindo das primeiras expedições bandeiristas. Inicialmente marcado por arraiais mineradores, alcançou ao longo do tempo grande importância, tornando-se polo de exploração aurífera e atraindo significativo contingente populacional. Posteriormente, houve mudanças em sua estrutura territorial com a inclusão das freguesias do Pilar e de Antônio Dias e em 1711 foi elevada à categoria de Vila (FRANÇA, 2020).

Posteriormente à sua conformação urbana inicial, surgiram na cidade os espaços públicos, tais como largos e praças, espaços relevantes na cidade e dotados de características sociais, políticas ou comerciais (FRANÇA, 2020). A presença dos largos, como expoentes de um espaço público colonial, é um elemento de destaque na paisagem e normalmente o mesmo está circundado por uma igreja, representando o poder religioso da época. A única exceção se dá com a praça Tiradentes, onde a sua constituição e configuração se deu a partir da influência e poder estatal.

Em se tratando da praça Tiradentes, desde o período colonial, quando Ouro Preto ainda era chamada de Vila Rica e a praça era chamada de Morro de Santa Quitéria, o local já era um dos principais pontos do Centro Histórico. No século XVIII, havia na praça o centro de administração do Estado, conhecido como Palácio dos Governadores, onde funciona atualmente a Escola de Minas. Tal monumento foi construído em local estratégico, implantado num ponto alto da cidade e dotado de boa visibilidade. Havia também a antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje se configura como o atual Museu da Inconfidência.

De acordo com registros, na segunda metade do século XVIII, houve um trabalho de terraplanagem na praça, que até então apresentava uma morfologia em declive e muito irregular. Os trabalhos começaram a ser efetivados após a escolha do local para sediar o poder político e econômico da colônia. Uma parte da terra gerada por meio das escavações foi enviada para o Pilar e outra parte para o Antônio Dias, transformando o desenho da praça, com um partido quadrangular, tipicamente português. Ainda no período colonial, a praça era marcada por atividades e serviços públicos, assim como, comerciais e habitacionais voltados para os setores mais pri-

vilegiados da sociedade, fazendo com que a mesma mantivesse um destaque na dinâmica espacial da cidade (LEMOS; LOBATO, 2021).

No entanto, mesmo nos dias atuais, a praça ainda possui uma centralidade forte no espaço urbano ouro-pretano, mantendo a sua função original de ser o eixo central da vila. Muitas mudanças foram sendo materializadas no espaço, refuncionalizando-o a cada década. A maior parte do seu casario abriga hoje estabelecimentos comerciais, lojistas e restaurantes (Figura 2).



Figura 2. Análise espacial da paisagem da Praça Tiradentes. Fonte: Google Earth, modificado pelas autoras (2022).

Já o Largo do Coimbra se configura a partir de um alargamento de ruas existentes em oposição à rua Direita (atual Conde de Bobadela), abaixo do antigo morro de Santa Quitéria (atual praça Tiradentes). Ali se encontra um marco importante em sua paisagem, a igreja de São Francisco de Assis – construída entre os anos de 1790 e 1794.

Havia no largo, no século XIX, uma ocupação caracterizada por um rústico mercado de tropeiros, que rapidamente tornou-se um ponto de movimento comercial e social na cidade. No final do mesmo século o mercado foi substituído por uma construção eclética. No entanto, ainda na primeira metade do século 20, houve a demolição da edificação eclética após a criação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (FRANÇA, 2020).

Não há evidências concretas das reais intenções por detrás da demolição, mas acredita-se que havia uma intenção de conceder à Igreja de São Francisco uma maior visibilidade, tornando-a um ponto focal na paisagem e mantendo um cenário colonial mais homogêneo.

Após a demolição, o espaço se mantém vazio ao longo do tempo, com intervenções e apropriações esporádicas, vindo a ser ocupado, de forma mais permanente, somente na década de 1980, por intermédio de um grupo de artesãos, que, aos poucos, implantaram ali a Feira de artesanato em pedra-sabão (FRANÇA, 2020).

A seguir é apresentada uma análise morfológica do Largo do Coimbra, de modo a auxiliar no entendimento acerca da paisagem e da interação sujeito-espaço (Figura 3). Para facilitar a análise da paisagem, a mesma foi dividida em três setores, cada um deles dotado de diferentes particularidades.



Figura 3. Análise espacial da paisagem do Largo do Coimbra. Fonte: Google Earth, modificado pelas autoras (2022).

Para uma análise mais completa da paisagem, foi utilizada a categorização proposta por França (2020), dividindo o largo em três setores. Tal categorização auxilia na observância do processo de uso e ocupação do espaço, assim como na relação mantida entre sujeito – espaço. De imediato, é possível notar a ausência de mobiliários urbanos, dificultando a permanência dos usuários na paisagem. Os canteiros em pedras (sabão e quartzo) fazem as vezes de mobiliários, sendo utilizados para descanso ou apreciação da paisagem. Os canteiros fazem parte das imediações da Pousada do Mondego.

E por fim, o Largo do Cinema, cujo nome original é Praça Reinaldo Alves de Brito, se apresenta como um importante nó na malha de circulação do Centro Histórico de Ouro Preto, estando dentro da área tombada do município. O local apresenta um fluxo intenso de pessoas e veículos, se apresentando como um dos pontos mais dinâmicos da paisagem.

O Largo apresenta um formato triangular e alongado e sua infraestrutura ainda traz as características do passado com calçadas estreitas e sem pontos de parada ou estar (ARAÚJO; MORAIS, 2020). Seu nome, como é popularmente conhecido, se dá devido à localização do Cine-Teatro Vila Rica de Ouro Preto. Araújo e Moraes (2022) estudaram especificamente a dinâmica de ocupação desta área trazendo a dualidade entre o histórico e o contemporâneo; e entenderam a ineficiência do espaço no Largo do Cinema em seu sentido prático, já que não existem condições de apropriação para que os pedestres realizem ali atividades sociais e de lazer, além de a maior parte ser destinada a veículos.

A seguir é apresentada uma análise morfológica do largo em questão, com indicações de seus principais elementos morfológicos (Figura 4).

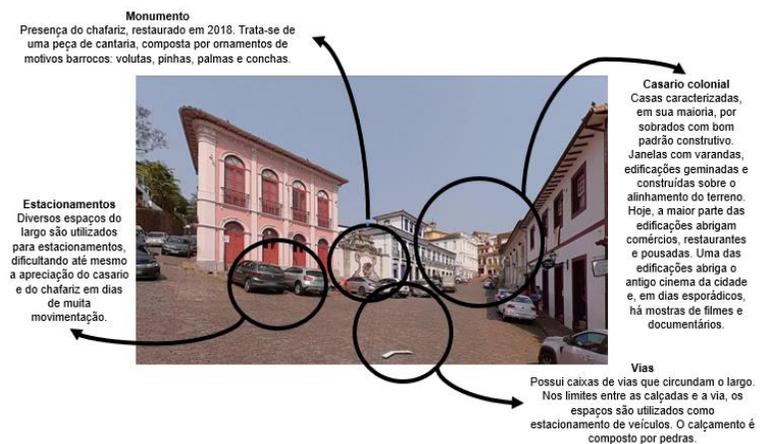


Figura 4. Análise espacial da paisagem do Largo do Cinema. Fonte: Google Earth, modificado pelas autoras (2022).

O largo se configura como resultado de uma obra viária, concedendo ao mesmo uma função de passagem, mas que aos poucos foi ganhando expressiva notoriedade, principalmente em função dos importantes edifícios que tem abrigado ao longo dos anos e das festas culturais. Dentre os edifícios mais importantes atualmente destacam-se estabelecimentos comerciais, de serviços e instituições públicas, dentre elas o Fórum, Ministério Público, Justiça Eleitoral e o Museu Casa dos Contos. Tais características imprimem certa dinâmica urbana e relativa vitalidade<sup>4</sup> à paisagem.

Para Araújo e Moraes (2020) estas características contribuem para que o espaço atraia, quotidianamente, um grande fluxo de pedestres e também de veículos. Estes se utilizam de áreas de circulação para estacionamento e que somados às calçadas estreitas dificultam a caminhabilidade dos pedestres, suas paradas para trocas sociais ou a simples apreciação da paisagem. A competição por espaços inibe as atividades de lazer em favor de demandas ligadas à mobilidade motorizada, inviabilizando áreas de permanência. De forma adicional, tem-se o impacto visual dos carros, que interfere na apreciação da paisagem do Largo, sobretudo do Chafariz dos Contos.

Em todos os três pontos há um espaço significativo destinado a estacionamentos de veículos, o que por sua vez, se apresentam como obstáculos para a caminhabilidade e coadunam para uma maior poluição visual, prejudicando as principais visadas da paisagem arquitetônica.

Dada a presença de diversos equipamentos, tanto comerciais quanto de prestação de serviços nestes pontos, incluindo institucionais, muitas pessoas moradoras de Ouro Preto tendem a percorrer estes espaços em direção à sua rotina de trabalho, permanecendo ali em momentos de intervalo, almoço, sem ao menos terem um espaço para descanso e convivência durante as pausas do dia a dia. Os espaços de permanência passam a ser as escadarias de determinados estabelecimentos –

Ministério Público, Cine Vila Rica, pousadas - ou o próprio monumento erguido em homenagem a Tiradentes.

### **Intervenções urbanas temporárias e a espacialização de mobiliários urbanos no centro histórico**

De uma maneira geral, os três recortes analisados em tópico anterior apresentam características que evidenciam uma vitalidade nos espaços, sobretudo pela proximidade a importantes edifícios privados, estatais, museus, restaurantes, cafeterias, enfim. Tratam-se de vias onde circulam não apenas turistas, mas também moradores, dada a proximidade a determinados equipamentos, tais como, bancos, lojas de vestuário, padarias, Fórum, Ministério Público, Justiça Eleitoral.

No entanto, a vitalidade mantida em tais espaços se esbarra com a falta de locais de permanência e a competição destes mesmos locais entre pedestres e veículos, sobretudo aqueles estacionados. Para Gehl e Svarre (2018) há doze critérios que tornam o espaço público um lugar agradável para se estar, e conseqüentemente, ser usado<sup>5</sup>. Dentre eles, o artigo se pauta por cinco, sendo eles: pela possibilidade de sentar-se, mas um sentar-se de forma convidativa; aliado a um segundo critério, o de projetar para desfrutar de experiências sensoriais positivas; a possibilidade de ver; a possibilidade de brincar/relaxar; e a proteção contra tráfego e acidentes.

As discussões que serão apresentadas a seguir partem do pressuposto de que os espaços públicos se apresentam como um dos bens mais preciosos da sociedade, indo além de aspectos históricos, mas também de apropriações de seus recintos. Muitas das instalações de atividades de lazer são ocupadas por veículos e fazem as vezes de estacionamentos. Na tentativa de preservar os espaços urbanos históricos, as normativas acabam por congelar o espaço no tocante às edificações e monumentos, mas negligenciam as necessidades do espaço público como um todo.

Em se tratando da mobilidade motorizada no centro histórico, observa-se que a mesma acaba sendo mais priorizada em detrimento de outras, tais como a

---

<sup>4</sup>Fontes (2011, p. 24) adota o conceito de amabilidade, que para ela significa ação ou qualidade de amável considerando como um atributo do espaço amável, ou seja, daquele que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo por vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneos.

<sup>5</sup>O programa "No Domingo, a Rua é Nossa", tem como objetivo disponibilizar espaços para a comunidade praticar atividades físicas e de lazer de forma espontânea. O programa conta com o apoio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) e inclui realizações pontuais de lazer, assim como o apoio às iniciativas das comunidades e interessados em realizar atividades nas cinco vias cadastradas do programa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2018).

sociabilidade, o descanso, a recreação e a permanência no meio urbano. Essa permissividade no uso do espaço público pela mobilidade motorizada, e estacionamentos, tende a inibir, ou até mesmo inviabilizar atividades de lazer no centro histórico (ARAUJO; MORAIS, 2020).

No que concerne às demandas identificadas, e que serviram de embasamento para a proposta, menciona-se: a falta de espaços de estar e assentos, refletindo o desconforto em ocupar estes espaços por períodos maiores e a falta de espaços delimitados para pedestres ou outros mecanismos que garantam a segurança dos mesmos.

Posto isto, propõe-se a construção de um conceito e partido que retrate a problemática levantada. A base para o conceito foi o de estar, o de se adaptar, o acolchoado de uma sala onde recebe-se visitas e se acolhe àquele que chega. Para isso, foram pensadas estruturas que permitissem ao usuário permanecer no espaço de forma confortável. Esse mobiliário seria modular permitindo que seja montado em diferentes conformações, gerando assim layouts distintos, variando de acordo com a vista desejada. Tais layouts permitiriam ao usuário a possibilidade de sentar, tendo em vista que os módulos teriam a função de bancos de assentos. Adicionalmente, pensando em uma intervenção simples e barata e nos princípios do urbanismo tático, existe a possibilidade de a própria população ser o agente de mudanças.

Tomando partido da própria paisagem pitoresca do centro histórico, seja ela natural ou construída, e da possibilidade de ver – critério mencionado anteriormente – foi pensada uma moldura que simularia uma janela, permitindo “enquadrar” a paisagem a ser admirada pelo observador associada ao critério da possibilidade de sentar-se.

Sendo assim, considerando o critério de projetar para desfrutar de experiências sensoriais positivas, o mobiliário pensado se apresenta colorido e modular, permitindo a criação de diferentes layouts por parte do usuário. Tal questão pode propiciar ao usuário experiências diferentes com o espaço urbano, haja vista que, à medida que os módulos são dispostos, novas espacialidades são criadas, novas visadas podem aparecer no campo de observação e a paisagem pode ser vista por ângulos distintos.

O processo criativo para a definição dos mobiliários se constituiu a partir dos cubos mágicos, que à medida que vão sendo articulados apresentam configurações diferentes (Figura 5).



**Figura 5.** Representação do processo criativo de construção do partido e sua implantação esquemática no local da intervenção. Fonte e Crédito editorial: Luis War/Shutterstock.com (2020) /ID foto stock livre de direitos:1730606407), modificada pelas autoras (2022).

Os módulos que, por conseguinte constituirão os mobiliários, foram pensados para comporem o espaço de forma dinâmica, lúdica e integrativa. Para a sua confecção pode-se recorrer a materiais de baixo custo, o que facilita o processo de implantação e por se tratarem de algo não fixo podem ser alocados em momentos oportunos, por exemplo, quando o espaço for utilizado para grandes festivais e comemorações. E ainda, podem ser eleitos dias específicos de implantação do mobiliário e conceder a proposta uma ideia itinerante, fazendo com os mesmos percorram outros espaços públicos distribuídos na malha urbana e fora do perímetro de tombamento.

Como o objetivo principal é que estes módulos sirvam como bancos, eles terão alturas variáveis, sendo acessíveis para diferentes faixas etárias, indo de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) centímetros; e largura de 70 (setenta) centímetros, variando seu comprimento entre 50 (cinquenta) centímetros e 1 (um) metro, de modo a servirem como apoio e permitindo que sejam criados diferentes níveis. Para a confecção dos módulos foram pensadas chapas metálicas pintadas, já que são leves e apresentam resistência adequada.

Considerando o tipo de piso presente nas ruas de Ouro Preto, a fixação acontecerá por pinos móveis de encaixe, encaixados na base do mobiliário, que podem tanto fixar o módulo no chão, entre as pedras do pavimento, quanto em outro módulo. Os pinos permitem que o mobiliário acompanhe a irregularidade do solo, sendo possível nivelar seu assento. (Figura 6)

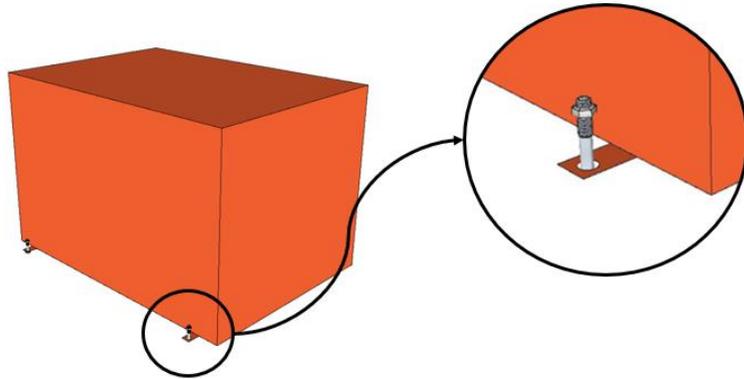


Figura 6. Esboço do mobiliário. Fonte: autoral, 2023.

Associado à questão da permanência, tem-se as visadas, e para tanto, propõe-se a inserção de uma grande moldura em madeira envernizada, com vão interno de 1,50 m x 1,00 m, como um espelho, assemelhando-se à vista da paisagem por detrás de uma janela. Esta moldura será apoiada por uma mão francesa, assim como um porta-retrato, fazendo com que o usuário possa deslocá-la para obter diferentes quadrantes e visadas da paisagem.

Tanto o mobiliário quanto a moldura têm como principais preceitos instigar uma nova experiência por parte do usuário da cidade, sobretudo o morador local, que poderá explorar melhor a sua cidade e suas paisagens sem necessariamente ter

<sup>6</sup>Uma das limitações se refere ao tempo gasto no levantamento, análise e construção da proposta. Sabe-se que uma intervenção em espaços públicos não é projeto simples, demandando a análise de variáveis complexas, buscando uma metodologia que leve em consideração um mapeamento

que “pagar” para consumir as atratividades colocadas no espaço, sobretudo àquelas voltadas especificamente ao turismo.

Trata-se também de uma forma de experienciar as paisagens, que por vezes passam tão despercebidas pelos olhares locais, e, porque não dizer, dos olhares estrangeiros<sup>6</sup> também. Espaços mais convidativos e que tenham equipamentos que permitam o descanso, a convivência e a socialização auxiliam num maior estreitamento da relação usuário-cidade.

As representações esquemáticas a seguir evidenciam como a implantação foi pensada e as características dos mobiliários. Para cada local da intervenção (Praça Tiradentes, Largo do Coimbra e Largo do Cinema, respectivamente) foi proposto mobiliários semelhantes, no tocante a cores, texturas, formas (Figuras 7, 8 e 9). As áreas de implantação coincidem com as áreas de estacionamento ou adjacentes às mesmas, logo, acredita-se que para tal ideia ser de fato concretizada, medidas alternativas de realocação, de forma temporária ou permanente, dos estacionamentos deveriam ser levadas a cabo.



Figura 7. Foto da Praça Tiradentes demonstrando a implantação. Fonte e Crédito editorial: Luís War/Shutterstock.com (2020) /ID foto stock livre de direitos:1730606407, modificada pelas autoras (2022).

comportamental das pessoas no espaço (GEHL 2018). Contudo, isso não inviabiliza a proposta do artigo, sobretudo o seu objetivo em respaldar discussões acerca da escala do pedestre, ou também escala humana, no âmbito dos espaços públicos brasileiros.



**Figura 8.** Foto do Largo do Coimbra demonstrando a implantação. Fonte: foto e edição próprias (2022).



**Figura 9.** Foto do Chafariz dos contos no Largo do Cinema demonstrando a implantação. Fonte: foto e edição próprias (2022).

Em se tratando do critério proteção contra tráfego e acidentes, objetiva-se a retirada de uma parte dos estacionamentos defronte ao chafariz, no Largo do Cinema; na Praça Tiradentes, a retirada dos estacionamentos em torno do local da implantação; e no Largo do Coimbra restringir a circulação de carros a apenas uma única mão, delimitando uma faixa de proteção nas adjacências da implantação. Este critério vem ao encontro de debates em torno da ampliação do acesso e permanência dos automóveis nas cidades em detrimento do pedestre, que vêm acometendo diversos espaços urbanos, sob o pretexto de resolução dos problemas de trânsito e mobilidade.

As intervenções temporárias propostas visam uma maior aproximação entre o sujeito-espaço, conforme já evidenciado anteriormente, mas também visam resgatar conceitos ligados à transitoriedade e às relações sociais que envolvem a participação e a interação, em contraposição ao projeto caro, permanente e de grande escala. Tais propostas se colocariam como motores de relações de proximidade e intimidade, seja na relação com o próprio espaço quanto na relação entre os indivíduos (FONTES, 2011).

Bachelard (1988) se utiliza do conceito “espaço feliz” para analisar o valor humano concedido aos espaços de posse e que se coloca como defesa contra forças adversas, e ao fazer isso se aproxima de preceitos ligados à topofilia. Tal conceito, nos dizeres de Tuan (1980, p. 5) se caracteriza pelo “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico.”. Dessa maneira, as propostas apresentadas buscam evidenciar os espaços da cidade, que por vezes passam despercebidos pelos seus usuários, de modo apenas transitório e rotineiro destacando o seu real potencial como elos de encontro e permanência, o verdadeiro lugar.

Em sua definição, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, no entanto, em sua tipologia o espaço é mais abstrato que o lugar: “começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (TUAN, 1983, p. 6).

A princípio a proposta foi pensada como uma forma experimental por tempo indeterminado, até mesmo para que a gestão pública possa avaliar a receptividade dos equipamentos pelos usuários. A depender do comportamento dos mesmos perante a proposta, outras mais poderiam ser pensadas para o restante da malha urbana da cidade, fora do perímetro do centro histórico. A partir do momento em que a

proposta se expande para outros locais da malha urbana, é tecida uma teia de lugares de encontro e permanência, que faz com que o usuário tenha pontos referenciais no/com o espaço e que, de alguma maneira, possa ser incentivada a construção de um elo de identificação usuário-cidade/espaço.

### Considerações finais

De forma contextual, o artigo parte de uma experiência pedagógica em curso de Arquitetura e Urbanismo, tal como um exercício de projeto urbano, levando os alunos à reflexão. É sabido que experiências como estas têm as suas potencialidades e limitações<sup>7</sup>, no entanto ressalta-se a potencialidade no fomento de projetos de intervenção como política pública mediante a experiência projetual de trabalhos acadêmicos. Por outro lado, o artigo também busca ampliar o debate acerca das práticas de urbanismo com poucos recursos e que têm como objetivo o engajamento da sociedade no uso dos espaços públicos urbanos, se apresentando como uma pauta urgente e necessária no contexto das cidades brasileiras.

Sendo assim, partindo da premissa de que é necessário trazer os moradores da cidade de Ouro Preto para vivenciarem o centro histórico da cidade, a proposta de intervenção pautou-se na criação de intervenções temporárias que visem repensar as potencialidades do espaço, sobretudo na escala humana. As implantações colocadas sintetizam a criação de lugares de lazer sem necessariamente haver uma descaracterização da paisagem histórica cultural, que deve ser levada em consideração no conjunto da proposta.

Ao identificar a escassez de mobiliários urbanos nos espaços delimitados, tendo em vista a predileção por espaços de passagem e para estacionamento de veículos, a proposta visa a uma refuncionalização da paisagem de modo acessível, criativo e de baixo custo. O mobiliário tem o potencial de criar pequenas “salas de estar” e que vistas através da moldura evidenciam uma paisagem particular tida como registro de uma época e sociedade no Brasil. A ideia foi debater as transformações destes espaços em pequenas praças, se apresentando como um ponto positivo no que tange a espaços de qualidade e socialização.

O artigo reconhece as dificuldades colocadas aos espaços no que diz respeito às restrições de deslocamentos e estacionamentos de veículos no centro histórico, no entanto destaca a necessidade de um maior equilíbrio no atendimento a todas as demandas, incluindo as de sociabilidade e permanência.

Vale destacar que as discussões levantadas trouxeram à baila uma análise de projeto urbano aplicado ao centro histórico de Ouro Preto, mas não se encerra somente nesta delimitação, podendo ser debatidas no contexto de diversas outras paisagens. Este ponto é muito importante, pois coloca o trabalho num rol de discussões de como repensar a qualidade visual e social dos espaços urbanos como um todo. Ademais, explora também o processo criativo na construção de ideias que visem uma refuncionalização da paisagem, tomando como base um espaço preexistente e o seu desafio conceitual.

### Referências

- ARAÚJO, Aline Viana; MORAIS, Pablo Henrick Sales. Largo do Cinema: O desafio de conciliar o histórico e o contemporâneo. *In: Seminário Internacional de Investigação Urbana*, 12, 2020, São Paulo.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BARATA, Aline Fernandes; FONTES, Adriana Sansão. Urbanismo tático: experiências temporárias na ativação urbana. **HABITAR**, v. 3, 2016.
- BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **E-metropolis**, -, ano 7, n.27, p.6-18, dez/2016.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FRANÇA, Tayami Fonseca. Do material ao intangível: estudo e inventário do largo de Coimbra em Ouro Preto – MG. **Arquitextos**, ano 21, set. 2020.
- FONTES, Adriana Sansão. et al. Urbanismo tático como teste do espaço público: o caso das superquadras de Barcelona. **EURE**, Santiago, v.45, n.136, p.209-232, sep/2019.

<sup>7</sup>Fontes (2011, p. 24) adota o conceito de amabilidade, que para ela significa ação ou qualidade de amável considerando como um atributo do espaço amável, ou seja, daquele que promove ou facilita

o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo por vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneos.

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades**. 2011. 256f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FONTES, Adriana Sansão. A amabilidade urbana: a qualidade do espaço-tempo da intervenção temporária. **Cadernos ProArq**, n. 17, p. 22-41. 2011.

FONTES, Adriana Sansão; FABIÃO, Aline Couri. Além do público/privado. Intervenções temporárias e criação de espaços coletivos no Rio de Janeiro. **Revista de Arquitetura**, v. 18, p. 27-39, 2016.

FONTES, Adriana Sansão; GALARCE, Fernando Spósito. A condição efêmera na cidade contemporânea: três pavilhões temporários no Rio de Janeiro (2012-2018). **ARQUITECTURAS DEL SUR**, v. 38, n.57, p. 20-37, 2020

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A vida na cidade: como estudar**. Trad. Anita Di Marco. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Centro Histórico de Ouro Preto (MG). 2020. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>>. Acesso: 16 jun. 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KENT, Fred; MADDEN, Kathy. Ruas como lugares. In. KARSSENBERG, Hans et al. **A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2015. 340 p

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Celina Borges; LOBATO, Paula de Souza Carmo. A formação da paisagem cultural de Ouro Preto, Minas Gerais: algumas características do processo de ocupação como constituintes da sua ambiência barroca. **Linguagens na arte**, v. 2, n. 2, ago/set. 2021.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.

MACÊDO, Amanda Florêncio de; ALMEIDA, André Moraes de. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: **Congresso Internacional Espaços Públicos**, 1, 2015, Porto Alegre.

MONTANER, Josep Maria. **Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista**. São Paulo: Olhares, 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. No domingo a rua é nossa. 2018. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/esportes-e-lazer/no-domingo-rua-e-nossa>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SABOYA, Renato. Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas. ArchDaily Brasil. 2016. Acessado 10 Nov 2022.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife/UFPE, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 118p.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo – SP: Contexto, 2007

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v.20, n.41, p.245-265, jan/abr 2018.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VALE, Paulo Sá. Como a violência urbana moldou as cidades brasileiras. **Caos Planejamento**, 2020. Disponível em: <https://caosplanejado.com/como-a-violencia-urbana-moldou-as-cidades-brasileiras/>. Acesso: 07 nov. 2022.